

traerse" (20).

Para North, no funcionamento de uma economia regional o se tor mais importante é o externo. Uma região só se desen - volveria quando conquistasse mercados externos dinâmicos e estivesse submetida ao princípio das vantagens comparati - vas.

"Além de ser a causa básica do desenvolvimento a longo pra - zo, as explorações determinam também a sensibilidade cicli - ca das regiões ocorrendo maiores flutuações nas regiões es - pecializadas em poucos produtos de alta elasticidade-ren - da. Igualmente considerável é a influência que exercem as exportações sobre a estrutura espacial das economias regio - nais. O aparecimento de centros nodais é frequentemente ligado às necessidades de processamento e de transporte dos produtos à exportação" (21)

Na verdade, North aparentemente afirma, de maneira implici - ta, que o comércio externo (a uma determinada extensão or - ganizada de espaço econômico) é a única resposta sadia ao crescimento das forças produtivas que necessitam de maior

(20) - North, Douglas C. - La Teoria de La Localizacion y el Cresciminto Economico Regional, Edição mimeogra - fada, pag. 1

(21) - Ritz, Armin - As Exportações Internacionais e Iterre - gionais no Desenvolvimento Econômico da Bahia (1950 - 1969), Tese de Doutorado, edição mimeografada, Salva - dor, 1972.

raio de ação a fim de que possam atingir sua máxima eficiência. Sob este ponto de vista, incluir-se-iam as economias internas e externas - no seu raciocínio. As afirmações desse autor americano nesse sentido estão, em princípio, comprovadas não só pela expansão das forças produtivas, especialmente quando da revolução industrial burguesa na Europa, primeiramente rompendo os acanhados limites das organizações precedentes que possuíam universo de trocas limitados, como também pelas próprias economias coloniais, hoje independentes, que tiveram no comércio internacional uma maneira de criar pontos significativos de irradiação do processo de desenvolvimento, embora, quase sempre, distinto do original. Entretanto, North não foi capaz de demonstrar isso.

A análise fica obscura ao sintetizar a função de produção numa fórmula tipo keynesiana, como se vê abaixo (22).

$$Y_i = (E_i - M_i) + X_i$$

onde  $E_i = e_i Y_i$ ,  $M_i = m_i Y_i$ ,  $X_i = \bar{X}_i$  (variável autônoma)

substituindo e dividindo a equação por  $X_i$  temos:

$$Y_i = (e_i Y_i - m_i Y_i) + \bar{X}_i \quad \text{ou} \quad \frac{Y_i}{\bar{X}_i} = \frac{1}{1 - e_i + m_i}$$

$Y_i$  = renda regional

$E_i$  = total da despesa (consumo, investimento) regional

$M_i$  = importações da região

$X_i$  = exportações da região

(22) - Ver: Richardson, Harry W.-Elementos de Economia Regional, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1ª edição 1973, pag.17.

O papel da variável externa está exageradamente superestimado, além das limitações já existentes em modelos desse tipo (keynesiano) para explicar fenômenos de crescimento econômico a longo prazo.

North, ao admitir a variável externa como fator principal do dinamismo de uma economia, negligencia a importância da oferta que exigiria redefinição no seu modelo. *ibid.*

#### 1.5.4 Ampliação do modelo de North -- O Modelo de Richardson (23)

Retomando o modelo de North, Richardson vai ampliá-lo tentando contornar seus pontos obscuros. Admite outros fatores autônomos não considerados anteriormente. É o caso dos investimentos público e privados assim como a parte autônoma do consumo. Utilizando uma fórmula do tipo keynesiano completa, constroi um modelo que vale a pena reproduzir.

$$1) Y_i = C_i + I_i + G_i + X_i - M_i$$

O consumo é determinado por:

$$2) C_i = a_i + c_i Y_i^d \quad \text{onde } Y_i^d = \text{renda disponível}$$

$c_i$  = propensão marginal a consumir

$$3) I_i = \bar{I}_i \text{ (autônoma)}$$

(23) - Richardson, Harry W., op. cit. p. 19

$$4) G_i = \bar{G}_i \quad (\text{autônoma})$$

As exportações da região  $i$  são a soma das importações de todas as outras regiões que estão comerciando com ela:

$$5) X_i = \sum_{j=1}^d M_{ij} = \sum_{j=1}^d m_{ij} Y_j$$

As importações da região  $i$  são função de sua renda disponível e da propensão marginal a importar

$$6) M_i = \sum_{j=1}^d m_{ji} Y_j$$

A renda disponível é a renda total menos os impostos ( $T_i$ ), sendo os impostos uma parte da renda total, determinada pela taxa de tributação ( $t_i$ )

$$7) Y_i^d = Y_i - T_i$$

$$8) T_i = t_i Y_i$$

Designando como  $A_i$  o total da despesa autônoma

$$9) A_i = a_i + \bar{I}_i + \bar{G}_i$$

Substituindo as equações 2 a 9 na 1 chega-se à seguinte fórmula da renda regional:

$$10) Y_i = \frac{A_i + \sum_{j=1}^d m_{ij} Y_j (1 - t_j)}{1 - (c_i - m_{ji}) (1 - t_i)}$$

$j=1$

A renda regional é assim a despesa autônoma mais as expor

tações vezes o multiplicador.

$$K1 = \frac{1}{1 - \sum_{j=1} (c_i - m_{ji}) (1 - t_i)}$$

A variação da renda poderia, desta maneira, ter, pelo menos, três causas:

- a) variação na despesa autônoma;
- b) modificação dos parâmetros do modelo (propensão marginal a consumir, taxa de tributação e coeficientes inter-regionais de comércio);
- c) aumento de renda em qualquer uma das outras regiões.

Um modelo como este, embora extremamente trabalhoso para ser posto em prática nas matrizes de insumo-produto inter regional, e sendo mais explicativo de mecanismos do que de causas, enriquece a análise precedente de North, quando evita tomar a variável externa como a única independente.

Segundo Isard "essa dependência inter-regional não só determina o volume mas também a composição qualitativa das exportações de cada região" (24).

### 1.5.5 A teoria dos lugares centrais

#### 1.5.5.1 Apresentação do problema

Uma das ramificações dos estudos espaciais, denominada de

teoria dos lugares centrais, afirma que todo espaço geoeconômico é organizado segundo certas leis funcionais. Em um espaço geoeconômico definido, ou mesmo geopolítico, há uma hierarquização de cidades e regiões interdependentes entre si, mas com atividades econômicas bem definidas.

Várias interrogações foram suscitadas pelos teóricos dos lugares centrais. Por exemplo, como o espaço econômico seria organizado? Até aonde iriam as atividades de uma unidade produtiva e onde se iniciariam as atividades de outra? Alguns autores tentam responder a essas perguntas. Veja-se um exemplo.

#### 1.5.5.2 Um exemplo: o modelo de August Lösch

Um dos mais importantes representantes dessa teoria, August Losch, no livro "A Natureza das Regiões Econômicas" apresenta a seguinte versão.

Utilizando elevado grau de abstração, Losch parte de um plano homogêneo espacial, sobre o qual "hipotetiza" uma série de pressupostos: "Tomemos uma vasta planície, com uma distribuição igual de matérias-primas e uma completa

(24) - Ritz, Armin - op. cit. p. 13

ausência de qualquer outra desigualdade, seja política ou geográfica. Admitamos, também que nada mais que granjas auto-suficientes estão dispersas em forma regular sobre a planície. Como pode resultar alguma diferença espacial nesta situação espacial?" (25) Lösch responde a essa pergunta com outras: admitindo-se que um granjeiro resolve produzir um excedente, conseguirá vendê-lo? Em que quantidade? Que obstáculos encontrará?

Dois fatores são relevantes para o esclarecimento dessas questões:

- a) economias de escala;
- b) custos de transportes.

Produzindo mais, o granjeiro inovador terá vantagens das economias de escala, podendo vender seu produto a preços menores que os representados pelos custos de auto-abastecimento. Em contraposição, à medida que forem aumentando as distâncias, os custos de transportes concorrerão, em sentido contrário.

Certamente, o limite máximo do mercado a ser atingido es

(25) - Galindo, Valdumiro Nascimento - A Propósito de " A Natureza das Regiões Econômicas" de August Losch , Planejamento na Bahia, vol. 1, nº 1, setembro/ outubro/73, pag. 51

tará então determinado quando as distâncias forem suficientes para fazer com que os fretes se igualem às economias de escala. Evidente que, a depender das distâncias, os preços se tornarão proibitivos em função dos fretes.

Com o objetivo de determinar a área de mercado e o nível de produção, o autor desenvolve um esquema matemático, cujas linhas básicas são apresentadas a seguir. (Ver o esquema nº 5)

Considere-se um sistema de coordenadas cartesianas, cujo eixo horizontal representa as quantidades, e o vertical, os preços, incluídos nestes, a partir de certo ponto, os fretes. A medida que as distâncias se avolumam, a procura vai diminuindo, pois, a níveis mais elevados de preços, as pessoas comprarão menos do bem considerado. Os compradores estão dispostos a adquirir o bem produzido de P a F. Este limite (F) é chamado "raio máximo". Como esse esquema representa as compras apenas numa direção, pode-se supor que o mesmo ocorrerá em todas as direções, ao redor do ponto (P). Esse resultado é obtido através de um cone cuja base é a distância implícita (PF), e cuja altura é o ponto máximo de venda (PQ). O volume do cone ponderado pela densidade populacional representa a procura total do bem. A curva  $\triangle$  representa a demanda total. Qualquer novo produtor que deseje entrar no mercado só poderá fazê-lo com sucesso se a produção ainda não tiver atingido a curva  $\triangle$ . A curva II é chamada cur



va planificada, e significa que se a mesma está à esquerda da curva de procura ou, no máximo, a intercepta, é possível a nova produção do bem. Além desse limite, haveria perdas por oferta excessiva.

Os mercados, após essas considerações, tomariam a forma circular, como se vê na figura 2. Lösch, não satisfeito ainda com essa forma, refina ainda mais seu esquema geométrico:

"A forma do mercado, contudo não é um círculo, como temos admitido até agora. Ainda se todo o território estivesse completo, com estas áreas circulares localizadas o mais próximo umas das outras, um número de pessoas poderia, ainda, entrar com êxito nos negócios de cervejaria (exemplo tomado por Lösch). Isto ocorre porque as regiões negras da figura 4 ficam sem fornecimento, e mais ainda, como tem sido mostrado por Chamberlin, o tamanho da firma individual se reduzirá de MN a M'N' (figura 3), sem que esta deixe de ser lucrativa. A maneira de fazer uso das esquinas negras é mudar a forma da área para hexágonos regulares. Isto faz com que a curva  $\Delta$  se desloque levemente para a esquerda, já que o hexágono é um pouco menor do que o círculo que o circunscreve. Mais ainda, com a operação de Chamberlin, o tamanho do hexágono se reduzirá, até que seja tão pequeno que a curva da procura correspondente  $\Delta$  somente toque a curva da oferta em N'. Agora,

aparentemente, ninguém mais pode entrar no negócio de cerveja". (26)

O raio máximo possível de vendas dará a demanda  $M'N'$

A figura 4 mostra o exposto. Cada bem tem um mercado delimitado por um exagono respectivo.

Para relacionar sua análise com todos os bens, Lössch constrói as figuras 12, 13 e 14: "Em primeiro lugar, colocamos nossas redes de tal maneira que todas elas tenham um centro de produção comum. Este ponto vai gozar de todas as vantagens de uma demanda local grande. Em segundo lugar, giramos as redes ao redor do seu centro, de tal maneira que obtemos seis setores onde os centros de produção são frequentes, e outros seis setores onde estes são escassos, como se mostra nas figuras 12 e 13. Esta disposição não priva qualquer local de seu acesso a cada produto e, ao mesmo tempo, gera as melhores metas de transporte\*.

Temos, primeiro, áreas de mercado hexagonais rodeando cada centro de produção ou consumo. Segundo, temos uma rede de tais áreas para cada bem. Terceiro, temos uma sistematização das redes das áreas de mercado e dos vários bens. Na última,

---

(26) - Galindo, Valdumiro Nascimento, op. cit. p. 54

o sistema de áreas de mercado auto-suficientes que se mostra na figura 12, que eu gostaria de chamar região econômica ideal". (27)

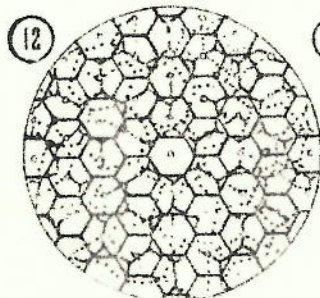
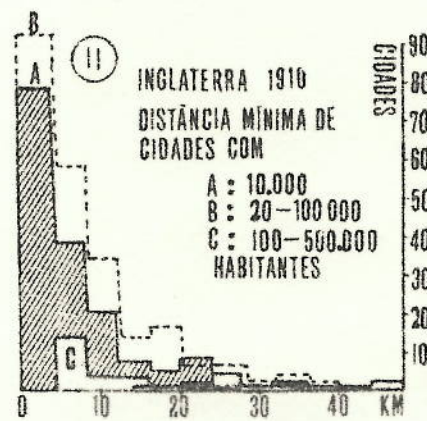
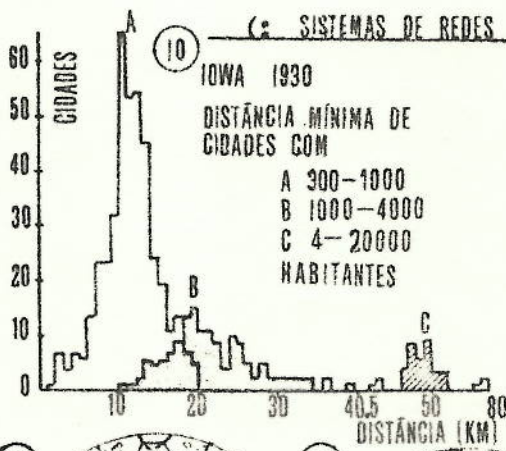
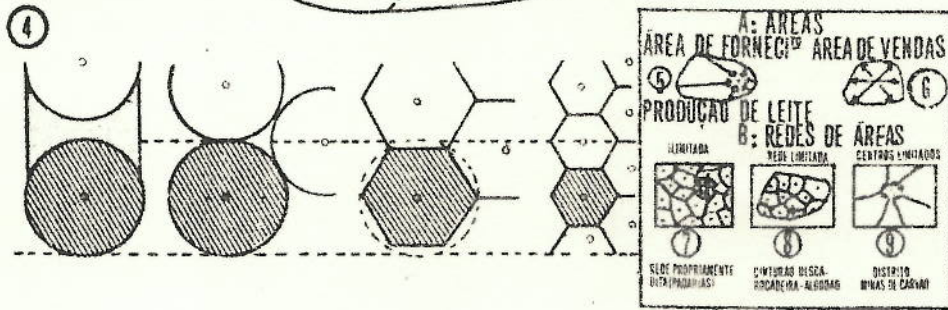
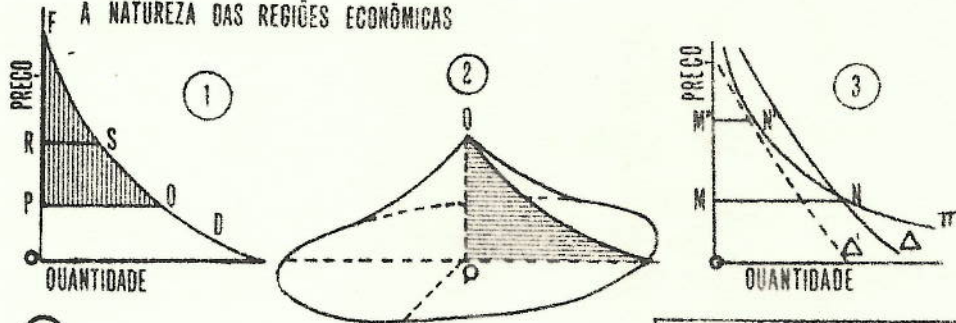
Losch está certo das limitações práticas do seu modelo, como reconheceu claramente. Entretanto, contribuiu eficientemente para desenvolver, a partir da teoria do ponto central, uma generalização que está nas preocupações da atualidade, ou seja, a teoria regional. A divisão de mercado segundo espaço por localidade, zona e região levará inapelavelmente à esfera internacional. Nesse ponto, pode-se afirmar que a maior limitação à análise de economistas como L $\ddot{o}$ sch, partindo de uma organização produtiva pequena e verificando as possibilidades de sua ampliação quando os fatores de produção se elevam, são as barreiras institucionais, consolidadas ao longo da história humana e que mudam com muita lentidão. Devem-se descontar, ainda assim, as limitações do modelo, devido aos pressupostos improváveis levantados por Losch, contidos no início destas notas.

---

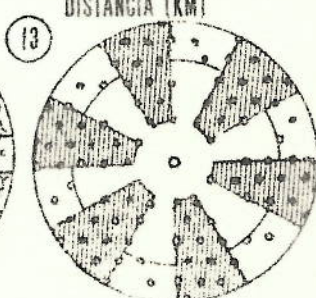
(27) - Idem, p. 54/55

Esquema nº 5

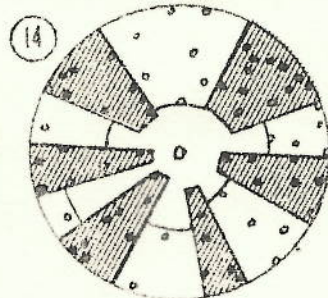
A NATUREZA DAS REGIÕES ECONÔMICAS



QUADRO TEÓRICO



IGUAL A FIGURA 12.  
REDES OMITIDAS



INDIANÓPOLIS  
RAIO DE 100 KM

APÊNDICE

- a) CURVA DE DEMANDA INDIVIDUAL  
PRESSUPOSTA IDÊNTICA PARA TODAS AS UNIDADES DE CONSUMO,  
QUALIDADE QUE SEJA SUA LOCALIZAÇÃO

$$Q = Q_m - \frac{(Q_m)}{P_m} P = Q_m - \frac{P - P_0}{t}$$

SENDO

- a)  $Q_m$  = PROCURA MÁXIMA POSSÍVEL A PREÇO ZERO  
 $P_m$  = PREÇO MÁXIMO QUE CADA UNIDADE DE CONSUMO ESTÁ  
DISPOSTA A PAGAR  
 $P$  = PREÇO CIF EFETIVO DO PRODUTO

- b) PREÇOS CIF  
 $P = P_0 + t - d$

ONDE

$P_0$  = PREÇO FOB NO CENTRO DE PRODUÇÃO  
 $t$  = TAXA DE TRANSPORTE (FRETE)  
 $d$  = DISTÂNCIA ENTRE O CONSUMIDOR E O CENTRO DE PRODUÇÃO

- c) CURVA DE DEMANDA INDIVIDUAL ESPACIAL

$$Q_d = Q_0 + s_d$$

ONDE

$Q_d$  = QUANTIDADE PROCURADA POR UMA UNIDADE DE CONSUMO À  
DISTÂNCIA  $d$ .

- d) RAIO MÁXIMO DE VENDAS

$$r = \frac{P_m - P_0}{t}$$

- e) CURVA DE DEMANDA AGREGADA ESPACIAL

$$D = \frac{II}{3} \frac{s}{t} (P_m - P_0)^3$$

### 1.5.6 O Fenômeno da Polarização

O conceito de pólos de crescimento surgiu há relativamente pouco tempo na literatura econômica e é devido a François Perroux que o introduz na sua obra "Note sur la notion de pole de croissance", editada em 1955. Pode ser entendido , também, como o aperfeiçoamento da teoria dos lugares centrais.

Sua importância para a análise do comércio internacional deve-se ao fato de ter Perroux posto em debate um problema da maior relevância, ou seja, as relações de trocas inter-regionais. Como já é sabido, o conceito de região ultrapassa as limitações impostas pelas divisões geo-políticas. Devido a isso, quando se fazem alusões a relações inter-regionais podem-se admitir relações entre grandezas econômicas que não estão delimitadas necessariamente por unidades políticas.

Nas idéias de Schumpeter sobre a capacidade do empresário inovador, encontra-se o ponto chave do pensamento de Perroux. O desenvolvimento de sua idéia decorre do nascimento de novas indústrias e da morte das velhas. Entre elas haveria sempre uma diferença de taxas de crescimento em favor das novas. Estes fatos foram demonstrados nas pesquisas de Kuznets, as quais são utilizados por Perroux para chegar ao

conceito de indústria motriz, cuja característica básica é a de ter, durante determinado período, taxas de crescimento superiores à média do produto industrial e nacional. Essas taxas de crescimento atingem um limite, decrescem e nesse momento as indústrias motrizes são substituídas por outras. "O crescimento não se apresenta em todas as partes ao mesmo tempo, ao contrário, se manifesta em certos pontos ou pólos de crescimento com intensidades variáveis, e se propagam por diversos canais e com efeitos finais variáveis dentro do conjunto da economia" (28)

François Perroux, profundamente identificado com o capitalismo, tenta justificar economicamente o surgimento de grandes unidades produtivas, cujo poder de decisão ultrapassa fronteiras nacionais, através de nova terminologia. Ao invés de oligopólio ou monopólio, essas unidades eufemisticamente são batizadas com a designação de indústrias-motrizes.

A tentativa de mostrar o fato de que o crescimento dessas indústrias-motrizes poderia entrar em contradição com objetivos nacionais está, em boa medida, nas palavras do próprio

---

(28) - Corragio, Luiz - Hacia una Revision de la Teoria de los Polos de Desarrollo, edição mimeografada, Curso de Planificação Regional de Desenvolvimento, CEPAL, 1972, pág. 15

Perroux: "Existe, atualmente, e existiu em outro tempo sob formas diferentes, um conflito entre os espaços econômicos das grandes unidades econômicas (indústrias, empresas, polos) e os espaços politicamente organizados dos estados nacionais. Os primeiros não coincidem com os segundos e seu crescimento depende das importações e exportações dos centros de aprovisionamento, dos mercados exteriores e do mercado nacional. As grandes unidades econômicas são instrumentos de prosperidade e armas do poderio do estado nacional. Disto resulta uma combinação frequente de forças privadas e públicas que se criam dentro destas grandes unidades; uma luta entre as grandes unidades capitalistas e nacionais em escala mundial; formas de imperialismo, algumas vezes privadas, outras vezes políticas, que são exercidas por nações economicamente reales y activas em relação a nações economicamente aparentes y relativamente passivas ...a economia nacional já não aparece como um lugar de fatores móveis... não aparece se quer como um grupo de grupos orientados e regidos pelo Estado, senão como una constelación de polos de desarrollo que tienen sus industrias y empresas afiliadas en el interior ou el exterior del território nacional" (29)

Estas afirmações são o bastante para alertar que o conceito de economia internacional carregado de um conteúdo político de

(29) - Corragio, Luiz - op. cit. p. 16



consciência nacional dá lugar a um sistema de pólos dominantes, cujos espaços econômicos estão superpostos e entrelaçados entre si.

A partir desta visão, Perroux propõe mudanças nas estratégias de desenvolvimento baseado nos "nacionalismos impossíveis", como ele mesmo diz, pela idéia de uma "economia generalizada".

As idéias desse economista francês levantam um rico arsenal de controvérsia. Alguns até vêm nas suas exposições o conceito de imperialismo admitido na versão leninista sobre comércio internacional. Em outras palavras, o desenvolvimento das forças produtivas do sistema capitalista teria de chegar às gigantescas unidades de produção que na fase de expansão necessitariam de mercados cada vez mais amplos. Perroux, talvez prevendo essa semelhança, nega categoricamente que seu modelo suscite interpretações que possam rotulá-lo como imperialismo.

De qualquer forma, o seu modelo aproxima-se bastante da realidade e traz a nu uma luta que vem se desenvolvendo há muito tempo entre "nacionalidade" - conceito superestrutural - e o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas - conceito de infra-estrutura.

Pode-se admitir que, mesmo sem o esforço de Perroux para amenizar os possíveis males dessa forma de organização da produção com base em grandes unidades polarizadas, o problema existiria. A tendência moderna comprova isso a todo instante. A complexidade do problema aumenta quando se percebe que inegavelmente, até certo ponto, pelo menos, há uma série de fatores que favorecem a tendência ao surgimento de tais unidades produtivas: economias de escala, economias externas, economias financeiras, economias de localização (urbanização e aglomeração), etc. Argumentar com um empresário para que deixe essas vantagens tendo como contra-argumento apenas uma afirmação de ética moral, não representa muita coisa.

O modelo de Perroux mostra também as relações que se estabelecem inter-regionalmente e todas as suas repercussões.

Não raro, autores modernos como Myrdal e Hirschman especialmente o primeiro, dedicado há muito tempo aos estudos do comércio internacional, demonstram sua preocupação quanto ao assunto. Isto porque as polarizações inter-regionais aparentemente estariam favorecendo as regiões mais ricas, em detrimento das mais pobres. A teoria dos pólos, ainda não de todo amadurecida, pois muitos de seus aspectos permanecem in-completos ou contraditórios, deverá ganhar força - caso se -jam superadas essas deficiências - ou ser relegada ao es-

quecimento, em caso contrário.

Tendo como universo de análise, entretanto, um campo em plena expansão, definido num espaço concreto delimitado pelas distâncias e num conceito abstrato de região, as relações de troca que conhecemos ainda com a designação de comércio internacional seguramente terão, na análise de Perroux, um dos pontos de partida para seu entendimento.

#### 1.5.7 O Pensamento da CEPAL

A inconsistência da maior parte das teorias que têm como campo definitório o comércio internacional, quando testadas empiricamente, levou a CEPAL à tentativa de construção de modelo explicativo da realidade latino-americana.

Alertados pela literatura econômica e social, que punha em choque a possibilidade de que o desenvolvimento polarizado fizesse disseminar os benefícios adquiridos para toda a extensão inter-regional, e vivenciando uma realidade dúbia, de ricos, pobres e miseráveis com todas as pressões econômico-sociais decorrentes, os melhores nomes da CEPAL se puseram a trabalhar.

No conjunto do pensamento hoje popularizado como da CEPAL, estão implícitos os nomes de Raul Prebisch, Osvaldo Sunkel,

Anibal Pinto, Celso Furtado, Antônio Castro de Barros, Maria Conceição Tavares, Rômulo de Almeida e até autores como Gunnar Myrdal, Singer e Ragnar Nurkse, que tem pontos comuns com o pensamento daquele organismo. A versão que a CEPAL elaborou sobre o comércio internacional contém as idéias desses autores, hoje difícil de serem separadas. Não significa isto que todos estão de acordo com tudo. Mas sobre os pontos básicos havia um senso comum quando a tese sobre depreciação dos termos de intercâmbio foi elaborada. Essa versão acompanha a linha de raciocínio a seguir.

Percebendo o fenômeno do decréscimo de preços relativos entre mercadorias exportadas (geralmente bens não industrializados) e mercadorias importadas, (geralmente produtos industrializados) que foi chamado de "depreciação nos termos de intercâmbio", os pesquisadores da CEPAL procuraram uma explicação que estabelecesse a relação causal do fato: "Si los precios reflejan estrictamente el menor costo que el progreso técnico trae consigo, los precios industriales disminuirán más que los primarios, en virtud de ser mayor el incremento de productividad en la industria que en las actividades primarias, según se reconoce generalmente. La relación de precios se habría movido así en favor de la producción primaria, y el índice de esta relación, o, lo que es igual, de la relación de intercambio, subiría en consecu

encia". (30)

Quem conhece os rudimentos do princípio da "depreciação dos termos de intercâmbio" identifica facilmente uma tendência inversa daquela descrita acima. Isto é, a melhoria tecnológica, resultando em uma maior produtividade da mão-de-obra, ao invés de fazer com que os preços industriais diminuíssem, provocou um resultado contrário, em relação aos produtos primários.

A CEPAL teve o mérito, desde logo, de buscar as causas do fenômeno nas mudanças das relações de produção, procurando, de um lado, verificar o que estava ocorrendo na estrutura produtiva com um grau de tecnologia mais avançado e o reflexo dessa ocorrência na estrutura de preços. Efetuando a mesma análise na estrutura mais atrasada, pode comparar as duas estruturas nas relações de trocas e finalmente descobrir a causa do fato diagnosticado nos seus estudos.

Quando os países industrializados elevam sua produtividade através do desenvolvimento tecnológico, maior racionalidade administrativa ou quaisquer outros processos, três hipóteses podem ocorrer, com referência às relações de trocas internacionais:

---

(30) - CEPAL, El Pensamiento de la, América Latina - Colección Tiempo Latinoamericano, Editora Universitaria S.A. Santiago-Chile, pag. 51

- a) os benefícios da maior produtividade são partilhados entre o país industrializado, país central e os países periféricos;
- b) os benefícios ficam totalmente no país de origem;
- c) além de se beneficiarem com a melhoria da produtividade, os países industrializados ainda conseguem obter com o mesmo produto uma maior quantidade de bens do país menos desenvolvido, periférico.

Em linguagem de índice de preços, isso significa que, mantendo-se a nível de 100, os benefícios do progresso tecnológico ficariam com o país industrializado. Acima desse índice, digamos 150, os benefícios ter-se-iam transferidos para os países periféricos, e abaixo de 100, por exemplo 80, pelo menos, parte da maior produtividade ocorrida na periferia teria sido transferida para o país central.

Neste último caso, não significa necessariamente que os produtores primários, ou dos países periféricos, estejam em situação pior do que antes. É indispensável que se leve em conta a produtividade que ocorreu no país industrial e no país de produção primária. No exemplo, significa que os bens industriais adquiridos agora, ao índice de 80, dos países centrais, são 20 por cento menores. Mas se, em função de melhorias tecnológicas que também ocorrem na periferia, embora com atraso, a mesma quantidade de bens produzidos agora

exige a metade de horas de trabalho, o periférico compra 60% a mais de produtos industriais do que antes. A CEPAL afirma que esse fenômeno teria ocorrido nos últimos três quartos de século e este período compreende, aproximadamente até o ano de 1950.

Os motivos pelos quais tal fenômeno se explica estão relacionados com duas variáveis. A primeira refere-se ao fato de que o progresso tecnológico não se disseminou como se supunha; a segunda é motivada pela constante pressão populacional nos países periféricos face ao seu não aproveitamento como se dá nos países centrais. "Hay así, en general, una relativa abundancia de potencial humano en las actividades primarias que tiende a presionar continuamente sobre los salarios y los precios de los productos primarios y impide así a la periferia compartir con los centros industriales el fruto del progreso técnico logrado por estos. Más aun, impide a aquélla retener una parte del fruto de su propio progreso técnico" (31)

Em síntese, a versão da CEPAL sobre comércio internacional admite o seguinte:

- a) há uma tendência a perdas nas relações de troca entre países periféricos e centrais;

---

(31) - CEPAL, op. cit. p. 51

- b) duas causas maiores são responsáveis pelo fenômeno
- o aproveitamento desigual do aumento da produtividade da economia mundial
  - a pressão populacional nos países periféricos, que se reflete nos salários e nos preços dos produtos primários.

#### 1.5.8 Notas sobre a Teoria Marxista - Leninista do Comércio Internacional

A análise marxista-leninista do comércio internacional sugere um interessante e sério estudo do próprio modo de produção capitalista. Isto se deve ao fato de que, em última instância, esse modelo exige, para sua compreensão, um cuidadoso estudo no mecanismo do sistema capitalista. Como o modelo marxista está estruturado em bases analíticas com a utilização do método dialético a compreensão do todo fica obscurecida quando se toma apenas uma parte de seu conjunto.

Em outras palavras, é necessário descer aos fundamentos da teoria do valor fundada no trabalho, examinar a composição orgânica do capital e, em seguida, examinar as leis que levam à acumulação e à concentração capitalistas. Chega-se, desta maneira, à tendência expansionista desordenada do sistema e, devido a isto, ao estabelecimento de formas definidas de relações internacionais. Primeiro na chamada fase



mercantil ou concorrente. Um passo adiante leva ao que os marxistas qualificam como etapa imperialista do capitalismo. Esta última tese da economia marxista é devido a Lenine, que utilizou o modelo de Marx, ampliando-o e aprofundando-o.

Uma conclusão fundamental é observada na teoria econômica marxista: qualquer que seja a fase atingida pelo capitalismo; mercantil, capitalismo industrial e imperialismo, sua existência está inevitavelmente ligada à exploração do trabalhador, através da realização da mais-valia. Este fato pode ser deduzido da equação de crescimento unifator de Marx- $YN = PN = p + v$  ou seja, o único fator de produção é o trabalho, também chamado de capital variável que é igual a salários e mais-valia. Toda a análise marxista da economia tem na teoria do valor fundada no trabalho sua pedra angular. Na teoria do comércio internacional o fato não poderia ser exceção. Embora as formas de exploração de cada época sejam específicas face a mudança qualitativa dos instrumentos de produção o fenômeno permanece. Deste modo, o colonialismo é uma fase inicial onde os métodos de exploração estão delimitados pelo conhecimento científico da época os quais se refletem em específicos instrumentos de produção. Comparando-se essa fase com a do imperialismo, por exemplo, os mecanismos já são outros. Uma característica exterior do capitalismo sob a forma mercantilista é a exportação de mercadorias. Sob a fase imperialista é a exportação de capitais. Mas, o fundamental é que a realiza-

ção dos lucros somente é possível mediante a criação de valor pelo trabalho social. Uma parte do valor criado fica em poder do capitalista em forma de mais-valia.

A chave explicativa do comércio internacional, desta maneira, na visão dos marxistas, está na exploração do trabalhador. Não há comércio que, por si só, possibilite o lucro. A essência do fenômeno está no modo de produção capitalista que explora o trabalho e obtém o lucro através das trocas. Não importa que esse lucro seja obtido mediante a venda do produto do trabalho em mercados locais, regionais, internacionais, etc. Não é, essencialmente, a troca entre duas unidades geo-políticas que gera o lucro. Este já vem incorporado à mercadoria. No máximo, pode haver lucros extras mediante formas modernas de dominação capitalista. Mas, mesmo assim, estes lucros extras pagam-nos os trabalhadores dos países mais atrasados.

Para Lenine a essência econômica do imperialismo tem cinco pontos principais:

a) concentração da produção e do capital, até atingir um grau tão alto que faz surgir os monopólios, os quais desempenham o papel decisivo na vida econômica:

- b) fusão do capital bancário com o industrial e criação, à base dele, do capital financeiro da oligarquia financeira;
- c) exportação de capital - diferente de exportação de mercadorias - que adquire, transcendental significação;
- d) constituição de associações monopolistas internacionais dos capitalistas em que se reparte o mundo;
- e) repartição territorial do mundo pelas maiores potências capitalistas.

Porém o objetivo capitalista, deve-se repetir, é a busca da realização da mais-valia.

"Pero el contenido económico-social de esto, (imperialismo) igual que el del comercio interior, sigue siendo el viejo objetivo: realizar el capital-mercancías, el valor y plusvalia" (32)

Numa síntese, pode-se dizer que toda a estrutura lógica do modelo marxista-leninista, também no comércio internacional, tem na teoria do valor trabalho a chave explicativa. A diminuição gradativa das desigualdades verificadas nas relações de troca internacional não seria dada senão com o próprio desaparecimento do capitalismo.

(32) - Spiridonova, Atlas e Outros-Curso Superior de Economia Política, Editora Grijalbo, S.A., México, D.F., 1965 pág. 231.

## CAPÍTULO 2

FUNDAMENTOS BÁSICOS DA HISTÓRIA ECONÔMICA BRASILEIRA2.1 Introdução

A história econômica do Brasil mostra que todo o seu desenvolvimento econômico está estreitamente vinculado ao comércio exterior.

Da economia colonial aos dias atuais, essa subordinação tomou formas diversas. Saiu de um modelo agrário - exportador, onde o comércio de mercadorias era a tônica principal, para relações de dependência muito mais sofisticadas, tendo no capital industrial-financeiro e na tecnologia a nova manifestação de dependência.

Essa relação de dependência do Exterior marcou profundamente a fisionomia do País. Deu-lhe a configuração econômico-espacial; criou categorias sociais distintas para cada estágio; definiu os interesses em permanente contradição; provocou crises, revoltas, quarteladas e mudanças institucionais. Mas permaneceu, embora, como já se disse, sob formas mais refinadas.

Quando se diz neste trabalho dependência do Exterior, não se quer caracterizar apenas as relações internacionais de comércio. Deseja-se dar ênfase ao fato de que o Brasil, até os

nesses dias, apresenta, nas relações com o Exterior, uma exagerada subordinação, a ponto de se poder considerar a variável externa do seu desenvolvimento como estratégica.

Como se poderá ver no item 2.4.4 deste capítulo-A fase de Substituição de Importações-não é propriamente o total monetizado absoluto dessa dependência que importa, e sim o papel estratégico e dominador que a variável externa pode ter.

As notas seguintes tentarão mostrar as origens e a evolução dessa dependência. Estão vazadas em termos muito amplos, principalmente no que se refere à economia açucareira, mincira e cafeeira, por dois motivos principais:

- a) Estas são fases da economia brasileira já bastante divulgadas na literatura específica, e entre seus vários aspectos, apenas alguns são relevantes para o presente trabalho;
- b) A tentativa de correlacionar a experiência brasileira com as teorias do comércio internacional constitui o principal objetivo deste capítulo.

## 2.2 As origens

Nos séculos XIV, XV e XVI, que são marcos mais próximos da história do Brasil, a economia europeia experimentou espota-

cular expansão comercial. As causas desse fato já foram exaustivamente relacionadas, mas é fundamental lembrar duas delas; as rápidas transformações que se verificaram nas forças produtivas e a crescente influência da nova classe emergente, ou seja, a burguesia comercial. Em decorrência dessa expansão, a Europa penetra na Ásia, de onde retira produtos que lhe permitem excelentes negócios.. Portugal e Espanha se destacam nessas atividades.

A contra-expansão otomana, entretanto, impediu aqueles países de efetuarem negócios via Mar Mediterrâneo. Diante disto, procuraram atingir suas fontes de abastecimento através de novos caminhos. Como é sabido, essa procura levou-os às terras que hoje compreendem a maior parte da América Latina.

1.3 Ocupação do território brasileiro - Descoberto o Brasil pelos portugueses, estes trataram de ocupá-lo, inicialmente através de medidas tímidas de postos que serviam à exportação de produtos de pouca importância econômica e, logo depois, de maneira mais efetiva, especialmente pela necessidade de manter as novas terras, ameaçadas por outras potências.

A ocupação das terras que hoje compreendem o Brasil, e a maneira como aí se desenvolveram as atividades econômicas e sociais, caracterizam os ciclos da cana de açúcar, dos minéri-

os, do café e da industrialização, além de outras atividades que tiveram uma importância menor. Como veremos, a evolução desses ciclos determinou uma estrutura continental para a economia brasileira, o que significou a herança de graves dificuldades de integração nacional.

## 2.4 Características dos ciclos

### 2.4.1 Economia açucareira

A primeira grande atividade econômica brasileira decorreu do plantio da cana de açúcar, seu beneficiamento e remessa para o exterior.

O espaço ocupado foi a faixa litorânea compreendida entre Bahia e Pernambuco, sendo que alguns pontos obtiveram maior relevância que outros, como é o caso das áreas que hoje compreendem os Estados citados. Ressalta, de pronto, nessa economia, a ocupação espacial, motivada pela necessidade de se concentrar em torno de portos que possibilitassem a saída de produtos destinados aos mercados europeus. Essa caracterização física deve ser considerada simultaneamente com o tipo de solo das áreas ocupadas - o massapê - onde a cana se adaptou extremamente bem.

A economia açucareira gerou um tipo específico de valores

culturais, políticos e sociais. Na verdade, decorrente dos próprios interesses despertados, da alta produtividade e rentabilidade, dos mercados europeus em franca ascensão, a economia do açúcar evoluiu até aproximadamente 1650, quando a expulsão dos holandeses de Pernambuco engendrou o estabelecimento de indústria conoorrente no Caribe, provocando a decadência ou estagnação das atividades açucareiras. Na sua ascensão, decadência e/ou estagnação, entretanto, a exploração açucareira marcou definitivamente o Nordeste Brasileiro.

O aspecto social mais digno de nota refere-se ao fato de que a estrutura escravista dessa economia criou, de um lado, a aristocracia rural, e de outro a massa trabalhadora sem nenhuma possibilidade de mudar o papel social a ela reservada. Além dessas duas categorias sociais, havia uma intermediária, composta de trabalhadores livres, pequenos comerciantes, artesãos, etc.

Tal estruturação social, baseada na apropriação do fator terra pela aristocracia - que originou, em consequência, a grande propriedade latifundiária - gerou o poder político regional e as instituições que lhe dão garantia. A depender da época em que é analisado, esse poder chegou a se atomizar, levando ao aparecimento da figura dos "coronéis", detentores de plenos poderes dentro dos seus domínios, e repartindo com



a aristocracia do açúcar o comando político regional. Tais personagens, até recentemente, desempenharam relevante papel nas decisões políticas da Região, respeitadas e acatadas até mesmo pelos governantes e presidentes da República. Estavam ligados às atividades pecuárias e agrícolas. É necessário que se diga que o aparecimento dos "coronéis" decorreu da evolução açucareira, de suas crises e do surgimento de atividades complementares do "pólo" principal, estão representado pela produção do açúcar induzida pelo mercado europeu. Uma dessas atividades foi a pecuária, que primeiramente forneceu animais de tração para os engenhos, em seguida, alimentos, e mais tarde desempenhou importante papel econômico e social, especialmente durante as prolongadas crises da economia açucareira.

Como já é por demais conhecido, essas crises decorriam da diminuição das quantidades procuradas do produto no mercado internacional, da diminuição dos preços ou de ambas as causas, simultaneamente. Nessas ocasiões de crise, a economia interna principal provocava reflexos na economia dependente, por um lado, ao diminuir a procura de bens, e por outro, ao liberar mão-de-obra não escrava que necessariamente se internava em direção à economia pecuária e à agricultura de subsistência. Essas relações econômicas, sociais e políticas se integravam em um só universo, cujo epicentro motivador se localizava fora das fronteiras geográficas do

Brasil, ou seja, o mercado exterior, funcionando da seguinte forma:

- a) o mercado principal era o externo;
- b) o mercado principal para as atividades da economia complementar (pecuária e agricultura) era a economia açucareira, a princípio;
- c) ao evoluírem as crises do mercado da economia açucareira, a economia complementar foi se tornando independente e formando sua própria estrutura, embora de baixa produtividade.

A economia do Nordeste, nas suas duas variantes - a açucareira, dependente do exterior e a agropecuária (de mercado ou de subsistência) dependente da açucareira - criaram símbolos culturais distintos: a primeira, mais "europeizada" e localizada na faixa litorânea, e a segunda, com acentuados sintomas da luta do homem pela árdua sobrevivência interiorana, onde se destacam tipos como o vaqueiro, que utilizava o couro de gado para suas vestes, desde o chapéu até o calçado.

Uma economia inicialmente escravista, e mais tarde dando margem ao aparecimento de várias formas de relações de trabalho pré-capitalistas, engendrou padrões sociais, culturais políticos e econômicos, deixando como grande parte de seu legado, o conformismo, o fatalismo e outras manifestações semelhantes, com graves implicações futuras.

Uma economia colonial desse tipo, que se ampliava em resposta aos impulsos dos mercados externos, ou se retraía quando se dava o contrário, não foi capaz de criar as pré-condições para o advento de uma economia capitalista amadurecida. Pode-se indagar por que tal fato deixou de ocorrer, sabendo-se que os negócios açucareiros duraram mais de um século e geraram uma renda das mais elevadas que o país conheceu.

Certamente a resposta estará relacionada com as seguintes evidências:

- a) tratava-se de uma economia escravista, não criando, conseqüentemente, uma massa crítica de renda paga ao fator trabalho capaz de pressionar a formação de um mercado interno mais diversificado;
- b) estavam em plena vigência as idéias mercantilistas que se refletiam numa política colonial exploradora mantida pelas metrópoles;
- c) a concentração de renda em poder dos senhores de engenho induziam-nos a comprar artigos na Europa;
- d) outra parte da renda, em forma de lucros, era remetida ao Exterior como pagamento dos capitais investidos.

No terceiro quarto do século XVII chegava ao fim o período áureo da economia açucareira. Os preços representavam a metade daqueles dos melhores anos, e, como agravantes as

quantidades exportadas caíram pela metade. Esta situação vai perdurar por mais de um século.

O impacto regressivo só não atingiu maiores proporções devido à estrutura escravista da economia açucareira, cujo funcionamento elimina a possibilidade dos efeitos multiplicadores "para trás", como ocorre nas economias de trabalho assalariado.

O Nordeste mergulha numa prolongada prostração. Mas a economia açucareira vai demonstrar uma capacidade de sobrevivência espantosa, e tão logo surgem condições, ela emerge novamente da estagnação, embora não mais tenha conseguido atingir os índices de importância anteriores.

#### 1.4.2 Economia Mineira

Após entrar em decadência a economia açucareira, Portugal procura novas fontes de riqueza na sua Colônia Americana. Seu esforço é logo recompensado pela descoberta de ouro, principalmente na região central do Brasil, nos inícios do século XVIII.

Embora de pouca duração aproximadamente 50 anos - a economia mineira marca definitivamente a mudança do centro dinâmico da economia brasileira do Nordeste para o Centro-Sul. O Brasil via, assim, nascer o segundo impulso dinâmico com ba-

se em relações internacionais de tipo colonial e que lhe dá-  
ria o outro elemento da configuração econômica, espacial e  
social. A economia mineira, como a açucareira, teve como  
base da produção o trabalho escravo. Diferiu daquela, entretanto,  
pelo fato de que as atividades da procura de ouro de  
aluvião permitiram o surgimento de uma população mais livre,  
em grande parte emigrada de Portugal. Este fato viria a ter  
papel importante nos acontecimentos históricos do Brasil a  
partir daí. Como foi dito anteriormente neste trabalho, em  
relação à economia açucareira, dificilmente apareceriam pres-  
sões que levassem à necessidade de pôr em prática medidas ca-  
pazes de dar aquelas atividades uma saída alternativa. Não ha-  
via condições objetivas nem subjetivas para tal. A massa es-  
crava não as possuía. Seu marco histórico era por demais aca-  
nhado, e as poucas tentativas de revolta foram impiedosamente  
esmagadas.

De referência à economia mineira, este aspecto se configura  
totalmente diverso. A população branca crescia com rapidez,  
ou, o que dá no mesmo, a população livre crescia trazendo con-  
sigo um potencial de reivindicações não conhecidas nem  
permitidas aos escravos.

Os conflitos entre a exploração mercantilista e as aspira-  
ções dessa população livre logo se fariam presentes na his-  
tória do Brasil. Demasiadamente conhecidos, esses conflitos

culminaram com a primeira tentativa de independência brasileira. A economia mineira, em termos sociais, trouxe no seu bojo o germe de choques de interesse que foram se avolumando até os nossos dias.

Sob o ponto de vista dos aspectos econômicos, economia mineira veio trazer a possibilidade do surgimento de atividades complementares, especialmente situadas no sul do país, onde a pecuária - especialmente a criação de mulas - teve grande impulso. Essas atividades foram possíveis graças à penetração cada vez mais profunda em direção ao interior da região. Como se sabe, a penetração decorria da procura do ouro, geralmente encontrado nos leitos dos rios, o chamado ouro de aluvião. Esgotava-se com rapidez, e o deslocamento se fazia constantemente necessário. As distâncias dos portos marítimos, por onde saíam e entravam as mercadorias, foram ficando cada vez mais acentuadas. A precariedade de comunicações completava esse quadro. Por outro lado, o transporte se fazia através de animais de carga, onde sobressaía a colaboração do burro e mulas. Esses animais vinham sendo criados no Sul e essa criação teve grande impulso com o advento da economia mineira. Formou-se, pouco a pouco, o complexo de uma economia que tinha na exploração do ouro seu centro dinâmico e, repetindo o mesmo que ocorreu com a economia açucareira, sua dependência econômica situava-se fora das fronteiras geográficas da Colônia.

Segundo Celso Furtado a economia mineira, face à sua penetração no interior, ficando cada vez mais longe dos centros de abastecimento, teria tido condições de criar um complexo mais sólido em termos de atividades complementares.

A explicação para que tal não tenha ocorrido talvez esteja, de acordo com o mesmo autor, no baixo nível técnico e artesanal encontrado nos imigrantes portugueses.

Não tendo ocorrido este fato e assim que a exploração de minérios chega ao fim, em termos econômicos, uma vasta região do território brasileiro regride, repetindo a economia açucareira, no sentido de que as atividades complementares descem a nível de subsistência. No último caso, entretanto, graves problemas políticos e sociais irão se manifestar, como já vimos, pela própria composição social das atividades mineiras.

Comparando-se as duas economias em termos econômicos, encontramos um fenômeno comum, ou seja, ambas dependiam do comércio internacional (embora em fase colonial) e algumas diferenças tais como: a) enquanto a economia açucareira possuía um campo de expansão ilimitado, uma vez que a dotação dos fatores era suficiente, isto é, não havia problema de oferta, a economia mineira tinha no esgotamento de suas reservas de metal precioso o limite máximo de expansão; b) a primeira era acentuadamente escravista, e a segunda possibilitou o trabalho livre, fato que teve profundas repercussões no desen

volvimento posterior do Brasil, tanto na época colonial como após a independência; c) havia menor concentração de renda na economia mineira, o que ensejou um primeiro esboço de interiorização da economia brasileira.

Nos fins do século XVIII, a economia mineira estava seriamente enfraquecida. Entretanto, o centro dinâmico da economia do Brasil havia sido trasladado do Nordeste para o Centro - Sul, de onde não mais iria sair.

#### 2.4.3 Economia Cafeeira

O que foi dito até agora, pode ser sintetizado da seguinte forma: a) a economia brasileira se estruturava com base na produção de bens destinados ao exterior, de cujo mercado dependia. As crises dessa economia poderiam surgir do decréscimo das quantidades desses bens compradas pelo Exterior e/ou do decréscimo dos preços - caso da economia açucareira - ou pelo esgotamento das riquezas naturais - caso do ouro; b) configurava-se, pouco a pouco, uma economia que, na terminologia moderna, chama-se economia continental, com mais de um centro regional de produção voltado para o Exterior, especializado na produção de determinados bens, sem maior integração interna; c) a ocupação espacial era função do mercado exterior, da produção de bens para o mercado interno, do grau de integração dos sub-sistemas, dos portos para onde convergi



am os produtos, neste caso dando início ao que mais tarde vai se constituir nos estratos de classe média que desempenham atividades terciárias burocráticas diversas; praticam o pequeno comércio; prestam serviços gerais; desenvolvem atividades de funcionários públicos; etc; d) as classes sociais iam se estratificando e já se configuravam mesmo antes da independência, quando os conflitos se manifestaram; e) as atividades econômicas em decadência trazem inquietações sociais e regionais pois não havia, até o advento do café, uma região que preponderasse sobre as outras, levando a Colônia, e posteriormente a Monarquia, aos conflitos armados dessa época; f) as categorias sociais de classe estão delineadas num complexo conjunto, especialmente nas massas trabalhadoras onde há escravos, assalariados, trabalhadores avulsos, de subsistência, parceiros, arrendatários, colonos, etc., estrutura que, com exceção dos escravos, permanece até hoje.

É neste contexto geral e após quase 50 anos de crise que o café surge na economia brasileira, colocando-se, em poucos anos, no primeiro lugar no valor das exportações.

Esse produto será responsável pela consolidação da distribuição espacial no Brasil, pelo impulso industrialista, pelo agravamento dos desequilíbrios regionais, pelo aparecimento de uma sólida aristocracia cafeeira que por mais de 50 anos ditará, praticamente sozinha, a política econômica, finance

ra, cambial e fiscal: influenciará a cultura e reunirá em torno de si o que de melhor existe no País em termos de fatores de produção, iniciando um processo de concentração de atividades econômicas, puramente agrícola, primeiramente, para logo se diversificar em outras atividades.

Em linhas gerais, a ocupação da cafeicultura inicia-se no Rio de Janeiro - Vale do Paraíba - mas sua fronteira agrícola se desloca rapidamente e logo entra nas terras roxas de São Paulo para, mais recentemente, se localizar no Paraná.

Forma-se, desta maneira, uma sólida economia, primeiro dentro do modelo agrário - exportador e, posteriormente, nos moldes clássicos Latino -americanos de substituição de importação dependente.

O desenvolvimento dessa economia é a chave para se estender mais de perto o Brasil dos dias atuais. As notas a seguir tentam detectar os lances mais importantes desse desenvolvimento.

Em 1850, aproximadamente, o Brasil possuía uma estrutura industrial semelhante a outros países que hoje são desenvolvidos. Tivesse perdurado a crise que atravessava o País, as pressões sociais possivelmente teriam conduzido a uma solução alternativa para o Brasil. Entretanto, surgindo o café e estando em plena vigor a divisão internacional do trabalho, to-

de o aparelho produtivo do País volta-se, prioritariamente, para as atividades cafeeiras, como já se disse.

O funcionamento dessa economia se dava da seguinte forma: a) seu crescimento dependia dos mercados internacionais; b) na medida em que se expandiam os mercados externos, o plantio aumentava e novas forças produtivas se agregavam ao sistema; c) sendo uma economia de alta rentabilidade e assalariada - mesmo antes da abolição da escravidão - o efeito multiplicador dos investimentos provocava novos estímulos; mesmo nas épocas de crises, os mecanismos postos em benefício da cafeeira cultura - depreciação da taxa cambial ou sua manutenção, política de valorização, estocagem, queima, etc. - permitiam sua ampliação; e) formarse um mercado de proporções consideráveis, que terá papel de destaque no processo de substituição de importações.

Do que se falou, segue-se que as possibilidades de crescimento da economia dependiam do aumento da demanda externa. As outras limitações que pudessem surgir foram devidamente afastadas. Terras, haviam em abundância, capitais no montante requerido e o problema da mão-de-obra foi solucionado com a imigração.

A atração de consideráveis contingentes de mão-de-obra para a lavoura cafeeira, a necessidade de suprimento de serviços vários

todo o sistema; o crescimento do aparelho estatal; o aparecimento de um mercado para produtos industriais mais simples nas primeiras fases e, conseqüentemente, o surgimento de pequenas unidades - fabris para atender a essa nova demanda, aliados à necessidade de se produzirem outros bens agrícolas para consumo interno, impulsionaram o sistema que crescia a uma velocidade espantosa.

Embora no século XX sérias crises vão surgir do lado da procura, a rigidez se estabelece do lado da oferta, provocando o desequilíbrio entre essas duas variáveis do mercado. Já no fim do século XIX, configura-se séria crise de superprodução, logo após a proclamação da República.

Consciente disso, o Governo Federal tenta induzir os cafeicultores a diminuírem sua produção, chegando a um acordo cujas cláusulas principais não foram cumpridas, pelo simples fato de que iam de encontro aos interesses dessa classe.

O importante a fixar é que as atividades cafeeiras continuavam gerando um fluxo de renda interna e mantendo o setor dinâmico da economia em funcionamento. Desta maneira, todas as atividades derivadas também continuavam funcionando, não comprometendo, a curto prazo, a criação de renda. Com essa mecânica de defesa, prematuramente praticou-se uma política keynesiana de emprego.

Vista de outro ângulo, pode-se ter em conta que a mecânica da fronteira agrícola do café permitia que outras culturas fossem surgindo a fim de abastecer o núcleo principal. Não somente os trabalhadores dos cafezais que não tinham seu próprio pedaço de terra para plantar, como aquele número cada vez maior de consumidores das atividades terciárias, assim como os trabalhadores do setor secundário, formavam um mercado em permanente expansão. De outro lado, à medida que esses produtores agrícolas iam elevando sua renda, aumentavam a procura de bens industriais mais simples e que já se produziam internamente. A seqüência lógica mostra que diante disto a economia era novamente impulsionada, dando mais empregos e continuando o ciclo.

A prática dessa política de defender os interesses do setor cafeicultor, se de um lado resolviam os problemas de curto prazo, acumulavam tensões que viriam a se manifestar futuramente. Um desses problemas referia-se ao fato de que o sistema continuava gerando renda (parte da qual era destinada à importação de bens) enquanto sua capacidade para importar diminuía, tomando-se, evidentemente, a relação crescimento do PIB e necessidade de importar.

Cedo as manifestações de descontentamento se fizeram ouvir. É oportuno frizar que por essa ocasião o setor dinâmico da economia (cafeeiro) assentava-se em bases de regime de trabalho

assalariado. Deve-se ter em conta, também, que o mecanismo posto em funcionamento com o advento de uma economia do por te da cafeeira conduziu à formação de um forte contingente constituído do que se pode chamar de "classe média".

Para uma melhor percepção do que ocorreu, durante algumas po líticas de proteção ao setor, é conveniente saber o que se passava com o fluxo de renda e quais suas repercussões no contexto sócio-econômico.

Assinala Celso Furtado que "Observando mais detidamente o processo, depreende-se facilmente que as transferências de renda assumiam várias formas. Por um lado, havia transferên cias entre o setor de subsistência e o exportador, em benefi cio deste último, pois os preços que pagava o setor de sub sistência pelo que importava cresciam relativamente aos pre ços que pagava o setor exportador pelos produtos de subsis tência. Por outro lado havia importantes transferências den tro do próprio setor exportador, uma vez que os assalariados rurais empregados neste último, se bem que produzissem boa parte de seus próprios alimentos, recebiam em moeda a princi pal parte de seu salário e consumiam uma série de artigos de uso corrente que eram importados ou semi-manufaturados no País com matéria-prima importada. Os núcleos mais prejudica dos eram, entretanto, as populações urbanas. Vivendo de orde nados e salários e consumindo grandes quantidades de artigos

importados, inclusive alimentos, o salário real dessas populações era particularmente afetado pelas modificações da taxa cambial.

O efeito regressivo na distribuição da renda provocado pela depreciação cambial era, demais, agravado pelo funcionamento das finanças públicas. O imposto às importações, base da receita do governo central, era cobrado a uma taxa fixa do câmbio. Ao depreciar-se a moeda, reduzia-se a importância al valorem do imposto, acarretando dois efeitos de caráter regressivo. Por um lado, a redução real do gravame era maior para os produtores que pagavam maior imposto isto é, para os artigos cujo consumo se limitava às classes de altas rendas. Em segundo lugar, a redução relativa das receitas públicas obrigava o governo a emitir para financiar o déficit, e as emissões operavam como um imposto altamente regressivo, pois incidiam particularmente sobre as classes assalariadas urbanas" (33)

A política cambial praticada pelo Governo Central, tendo em vista a proteção do setor dominante, trará um elemento de permanente discórdia entre os interesses dos cafeicultores e os da classe média, especialmente na época em que a importação de bens supridores das necessidades da classe média

---

(33) - Furtado, Celso - Formação Econômica do Brasil, Editora Fundo de Cultura, sexta edição, pag. 197

eram vultosas.

As políticas de defesa à cafeicultura executadas pelo Governo como se sabe, foram do controle da taxa cambial à queima do produto, passando pela compra de estoques excedentes. Todos esses mecanismos não poderão, mesmo assim, eliminar a crescente disparidade entre a absorção pelo mercado exterior e a super-produção. Tal disparidade seria responsável pela constante baixa do preço do café. Como já foi exposto, essa tendência levava o Governo a depreciar a taxa cambial, a fim de tornar as perdas toleráveis aos cafeicultores que, por sua vez, continuavam plantando.

A situação apresentava-se assim. Plantava-se muito café. Não havia mercado para toda a produção. O excedente, ora foi estocado, ora queimado. Com essa política, mantinha-se o fluxo de renda interno mas um sério desequilíbrio manifestava-se no setor exterior da economia.

Tratando-se de uma economia ainda com um alto coeficiente de importação, a procura de bens do exterior era dificultada pela depreciação da taxa cambial, que encarecia os bens importados. Diante disto, e agravado algumas vezes por crises no Exterior, quando a oferta de bens diminuía, configurou-se abertamente uma pressão na balança de pagamentos.

Um fato importante refere-se à relação de preços internos em



comparação com os externos. Ao depreciar a taxa cambial, o Governo alterou as regras do jogo em favor da produção interna. Percebendo isto, os empresários brasileiros começaram a produzir internamente, aproveitando, de início, a capacidade ociosa de equipamentos que havia no País. Essa capacidade ociosa era, em parte, fruto dos primeiros ensaios para substituir importações manifestados especialmente após a primeira guerra mundial, durante a qual o fornecimento do Exterior foi drasticamente cortado. Durante aquele conflito bélico, o Brasil foi forçado a procurar produzir muitos bens que importava. Mas esse processo foi interrompido tão logo os mercados internacionais se regularizaram com o fim da guerra. Tudo indica que os interesses em jogo "sufocaram" a incipiente prática brasileira de substituir importações. Pode-se afirmar que não havia ainda uma consciência nacional que se respaldasse em interesses econômicos capazes de se contrapor à expansão do capitalismo industrial e aos interesses cafeicultores, os quais não viam "com bons olhos" a industrialização brasileira, receosos de que isto prejudicasse seus negócios no Exterior.

A década de vinte constitui-se numa etapa de transição, na qual o País procurou um novo modelo de desenvolvimento que fugisse ao tradicional agrário-exportador. As contradições da cafeicultura traziam no seu bojo essa preocupação. As dificuldades encontradas, no entanto, eram grandes. Avolumava